



Março/2013

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista-Processual

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Objetiva Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para rascunho da Redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova de Redação será corrigido.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas, fazer a Prova de Redação e transcrever na Folha de Respostas correspondente.
- Ao terminar a prova, entregue ao fiscal da sala todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



PROVA OBJETIVA

Língua Portuguesa

Atenção: As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto seguinte.

Apontamentos literários

Às vezes sentimos [nós, os escritores] vontade de dizer à crítica: meus defeitos não são os que apontas. São outros e aqui estão. Como, também, de advertir-lhe: o que julgas qualidades em mim não são qualidades, mas defeitos dissimulados, defeitos de que ainda não consegui desfazer-me.

Nossa força e nossa fraqueza permanecem, assim, não identificadas, à espera de que a famosa lucidez dos cinquenta-anos-depois possa reconhecer uma e outra. É, porém, mais do que provável que não haja cinquenta-anos-depois. Isto esclarece por que muitos autores organizam eles mesmos a posteridade, explicando-se, confessando-se, coroando-se.

Resta a indagação: que fazer de nossos possíveis dons literários, entregues à nossa própria polícia e julgamento? O público não nos decifra: apoia ou despreza, simplesmente. A bolsa de valores intelectuais é emotiva e calculista, como todas as bolsas. Hoje temos talento; amanhã não. Éramos bons poetas na circunstância tal, mas já agora estamos com o papo cheio de vento; somos demasiado herméticos; demasiado vulgares; nosso individualismo nos perde; ou nosso socialismo; chegamos a dois passos da Igreja; o que nos falta é o sentimento de Deus; nossa prosa é lírica, nossos versos são prosaicos.

Penso em um rapaz que de repente sinta vontade de escrever – essa vontade explosiva, incontrolável, que pode ser o primeiro signo da vocação, ou somente um falso alarma – e vejo-o oferecendo seu escrito ao paladar dos colegas, dos mais velhos, de todos a quem encontre. Que lição recolherá de tantas, emaranhadas e contraditórias? Que lhe permitirá ver claro em si mesmo? Antes de definir-se, ou enquanto isso, a vocação tem de lutar contra o próximo, que tradicionalmente a ignora. Tem de achar-se a si mesma, na confusão dos modelos, estáticos ou insinuantes, que constituem o museu da literatura. E por todo o sempre continuará, solitária, a interrogar-se e a corrigir-se, não esperando que lhe venha conforto exterior.

(Carlos Drummond de Andrade, **Passeios na ilha**)

1. O escritor Carlos Drummond de Andrade manifesta nessa crônica sua posição diante da crítica literária ou da reação dos leitores, que pode ser assim corretamente resumida: A avaliação externa dos valores e dons intelectuais de um escritor
- (A) é útil, mas é preciso esperar por décadas para se ter certeza definitiva da boa ou má qualidade do julgamento.
 - (B) não é confiável, pois se baseia em juízos subjetivos e contraditórios, que mais desnorteiam do que orientam.
 - (C) é válida, desde que parta de outros escritores igualmente talentosos, ou dos mais velhos, com muito maior experiência.
 - (D) é inútil, pois em vez de reconhecer as circunstâncias históricas da criação ela se rege por velhos princípios artísticos.
 - (E) não é confiável, uma vez que os jovens escritores são vítimas dos preconceitos dos que se julgam mais cultos e intelectualizados.

2. Atente para as seguintes afirmações:

- I. No 3º parágrafo, as afirmações *somos demasiado herméticos e demasiado vulgares*, ou *nossa prosa é lírica e nossos versos são prosaicos* indicam discrepâncias radicais de julgamento.
- II. A compulsão irrefreável para escrever sinaliza, para o autor do texto, a manifestação possível da vocação verdadeira de um jovem escritor.
- III. Um desafio do jovem escritor está em ignorar as manifestações críticas dos outros e buscar encontrar uma maior clareza de julgamento dentro de si mesmo.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) II, somente.

3. Sentenças indicativas de um julgamento literário estão referidas nas seguintes expressões:

- (A) *muitos autores organizam eles mesmos a posteridade e explicando-se, confessando-se* (2º parágrafo)
- (B) *que fazer de nossos possíveis dons literários e apoia ou despreza, simplesmente* (3º parágrafo)
- (C) *Éramos poetas bons na circunstância tal e já agora estamos com o papo cheio de vento* (3º parágrafo)
- (D) *Penso em um rapaz e a vocação tem de lutar contra o próximo* (4º parágrafo)
- (E) *essa vontade explosiva, incontrolável e somente um falso alarma* (4º parágrafo)

4. A crítica que parece aceitável para Carlos Drummond de Andrade é aquela

- (A) promovida pelo próprio escritor, ao longo de um processo contínuo e ininterrupto.
- (B) efetuada sem preconceitos por experientes profissionais especializados.
- (C) dirigida pelo escritor talentoso àqueles que também o são ou possam vir a sê-lo.
- (D) manipulada pela opinião pública, do modo mais sincero e afetivo possível.
- (E) oferecida pelos intelectuais maduros da geração seguinte à do escritor.

5. Caso o autor do texto tivesse optado pela 2ª pessoa do plural, em vez do singular, as frases *meus defeitos não são os que apontas* e *o que julgas qualidades em mim* passariam a ter as seguintes formas verbais que lhes correspondem:

- (A) aponteis e julgueis.
- (B) apontades e julgades.
- (C) apontem e julguem.
- (D) apontais e julgais.
- (E) apontáveis e julgáveis.



6. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas em:

- (A) Aos jovens escritores não se costumam poupar de duras críticas, mas são eles mesmos que precisam aparelhar-se para avaliar suas obras.
- (B) Quando se acrescentam a indiscutíveis dons artísticos um apurado senso crítico, abre-se o caminho para a produção de uma grande obra.
- (C) Acusados ora de socialistas, ora de individualistas, desmotiva-se jovens talentos, marcados pelos confusos critérios de quem os criticam.
- (D) O que marcam as primeiras páginas dos jovens escritores é um desses impulsos irrefreáveis, que não os deixa afastar-se do papel ou do computador.
- (E) Não pairam, para o autor do texto, quaisquer dúvidas sobre a importância que devem atribuir os jovens escritores ao processo da autocrítica.

7. Transpondo-se para a voz **passiva** os segmentos **Esse público não nos decifra** e **Que lição o escritor recolherá?**, resultam, respectivamente, as seguintes formas verbais:

- (A) não nos deciframos e terá sido recolhida
- (B) não somos decifrados e será recolhida
- (C) não nos tem decifrado e virá a recolher
- (D) não temos decifrado e há de ser recolhida
- (E) não temos sido decifrados e seria recolhida

8. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:

- (A) Tanto a crítica é confusa que nossos próprios defeitos de escritor surgem-lhes como se fossem qualidades, e vice versa, o que contradiz qualquer critério levado à sério.
- (B) Mesmo sentindo-se atraído pela avaliação crítica que vem de fora, é do interior que um jovem escritor precisa de aspirar ao julgamento que o conduza para uma grande obra.
- (C) O autor do texto mostra-se convicto de que a subjetividade da crítica é tamanha que não se pode atribuir a ela o papel de decidir, em definitivo, o valor de uma obra literária.
- (D) É natural que o escritor estreado se veja compelido à consultar os críticos, considerando-lhes de uma importância tal que sua obra necessitaria de uma contínua revisão.
- (E) Confiar em si mesmo, vendo-se como autocrítico, é o mister do jovem escritor que prefere ouvir mais de seu próprio íntimo do que as vozes autorizadas de fora.

Atenção: As questões de números 9 a 15 referem-se ao texto seguinte.

Secretária

Procuo um documento de que preciso com urgência. Não o encontro, mas me demoro a decifrar minha própria letra, nas notas de um caderno esquecido que os misteriosos movimentos da papelada pelas minhas gavetas fizeram vir à tona. Isso é o que dá encanto ao costume da gente ter tudo desarrumado. Tenho uma secretária que é um gênio nesse sentido. Perdeu, outro dia, cinquenta páginas de uma tradução que tanto me custou.

Tem um extraordinário senso divinatório: rasga apenas o que é estritamente necessário guardar, mas conserva com rigoroso carinho o recibo da segunda prestação de um aparelho de rádio que comprei em S. Paulo em 1941. Isso fornece algumas emoções líricas inesperadas: quem não se comove de repente quando está procurando um aviso de banco e encontra uma conta de hotel de Teresina de quatro anos atrás, com a discriminação das despesas extraordinárias, inclusive uma garrafa de água mineral? Caio em estado de pureza e humildade: tomar uma água mineral em Teresina, num quarto de hotel, quatro anos atrás...

Há também papéis de visão amarga, que eu deveria ter rasgado dez anos atrás; mas a mão caprichosa de minha jovem secretária, que os preservou carinhosamente, não será a própria mão da consciência a me apontar esse remorso velho, a me dizer que devo lembrar o quanto posso ser inconsciente e egoísta? Seria melhor talvez esquecer isso; e tento me defender diante desses papéis velhos que me acusam do fundo do passado. Não, eu não fui mau; andava tonto; e pelo menos fui sincero...

Meus arquivos, na sua desordem, não revelam apenas a imaginação desordenada e o capricho estranho da minha secretária. Revelam a desarrumação mais profunda que não é de meus papéis, é da minha vida.

(Adaptado de Rubem Braga, **O homem rouco**)

9. Diante do singular modo pelo qual a secretária cumpre suas funções, o autor

- (A) mostra-se raivoso, sobretudo pelo extravio de documentos, mas logo releva a evidente ineficácia da moça.
- (B) afeta impaciência, mas acaba entendendo que os critérios da moça, ao contrário dos seus, regem-se pela plena objetividade.
- (C) ironiza as disparidades de critério, mas se deixa levar pela memória lírica e crítica que lhe despertam remotos papéis.
- (D) lamenta tamanha eficácia, que acaba por levá-lo a confrontar-se, melancólico, com achados de memória indesejável.
- (E) diverte-se com os critérios confusos, enquanto vai se confrontando e se regozijando com os testemunhos de tempos mais felizes.



10. Atente para as seguintes afirmações:
- I. No primeiro parágrafo, as expressões *com urgência* e *mas me demoro* sugerem, em aparente contradição, que a importância do que se busca pode relativizar-se na importância do que se encontra.
- II. No segundo parágrafo, a expressão *algumas emoções líricas inesperadas* exemplifica-se e concretiza-se, no episódio em que o autor se defronta com uma conta de hotel que o transporta para outro tempo e outro espaço.
- III. No quarto parágrafo, o autor revela o quanto há de disparidade entre o método de arrumação seguido por sua secretária e a vida metódica que ele gostaria de levar.
- Em relação ao texto, está correto o que se afirma em
- (A) I, II e III.
(B) I e II, somente.
(C) II e III, somente.
(D) I e III, somente.
(E) III, somente.
11. Considerando-se o contexto, está **equivocada** a tradução de sentido de um segmento do texto em:
- (A) *uma tradução que tanto me custou* (1º parágrafo) = um trabalho de tradução que muito exigiu de mim.
(B) *fizeram vir à tona* (1º parágrafo) = acabaram por deixar à vista.
(C) *extraordinário senso divinatório* (2º parágrafo) = excepcional faculdade de adivinhar.
(D) *papéis de visão amarga* (3º parágrafo) = páginas com ilustrações grotescas.
(E) *me apontar esse remorso velho* (3º parágrafo) = me fazer ver esse antigo remordimento
12. Está adequada a correlação entre tempos e modos verbais na frase:
- (A) Embora não tivesse encontrado o documento que buscara, deparar-me-ia com outros, que trouxessem grandes recordações.
(B) Minha secretária havia guardado tão bem documentos que já não tivessem utilidade que eu me espantara tão logo os encontrarei.
(C) Quem diria que eu fosse encontrar, em meus guardados, o recibo de um hotel em que me houvesse hospedado anos atrás, em Teresina?
(D) Havia também papéis que trouxessem melancolia, documentos de uma penosa experiência que vivi e que me fizera sentir carregado de culpas.
(E) A desordem seria menos importante, se fosse apenas a de meus papéis, mas ela é espelho da desordem que tem marcado toda a minha vida.
13. A **causa** da tão singular arrumação da secretária está sugerida no seguinte segmento:
- (A) *a mão caprichosa* (3º parágrafo)
(B) *fornece algumas emoções líricas* (2º parágrafo)
(C) *discriminação das despesas extraordinárias* (2º parágrafo)
(D) *papéis velhos que me acusam do fundo do passado* (3º parágrafo)
(E) *Revelam a desarrumação mais profunda* (4º parágrafo)
14. O emprego e a flexão dos verbos estão plenamente adequados na frase:
- (A) Os que já se detiveram diante de velhos papéis e com eles se entreteram haverão de compreender os sentimentos do autor do texto.
(B) O cronista requis nossa atenção para as revelações que lhe surgiram à medida que se ia deparando com remotos documentos.
(C) Uma vez evocado seu interesse pelos velhos papéis que a secretária amealhara, o autor quase não contera o espanto de tantas revelações.
(D) Ninguém quererá lembrar-se das decisões injustas, pois imergirá nos tormentos que a dolorosa culpa, fortalecida, sempre reconstitui.
(E) A secretária não se propora a colocar os papéis em ordem, pois de tal modo os organizara que apenas os documentos desimportantes logo transpareciam.
15. Está plenamente adequada a pontuação do seguinte período:
- (A) Reavivadas no autor, as lembranças, de um aparelho de rádio e uma garrafa de água mineral, ganharam enquanto consultava a papelada, que a secretária diligentemente sabia desarrumar como ninguém, o condão de levá-lo a outros tempos, diria mesmo a um mundo de paixões adormecidas.
(B) Reavivadas no autor, as lembranças de um aparelho de rádio e uma garrafa de água mineral, ganharam, enquanto consultava a papelada, que a secretária diligentemente, sabia desarrumar como ninguém, o condão de levá-lo a outros tempos, diria mesmo, a um mundo de paixões adormecidas.
(C) Reavivadas, no autor, as lembranças de um aparelho de rádio e uma garrafa de água mineral ganharam, enquanto consultava a papelada que a secretária, diligentemente sabia desarrumar como ninguém, o condão de levá-lo a outros tempos, diria mesmo: a um mundo de paixões adormecidas.
(D) Reavivadas no autor as lembranças, de um aparelho de rádio e uma garrafa de água mineral, ganharam enquanto consultava, a papelada que a secretária diligentemente sabia desarrumar como ninguém, o condão de levá-lo: a outros tempos; diria mesmo, a um mundo de paixões adormecidas.
(E) Reavivadas no autor, as lembranças de um aparelho de rádio e uma garrafa de água mineral ganharam, enquanto consultava a papelada que a secretária, diligentemente, sabia desarrumar como ninguém, o condão de levá-lo a outros tempos, diria mesmo: a um mundo de paixões adormecidas.

**Raciocínio Lógico-Matemático**

16. Em uma empresa, $\frac{2}{3}$ dos funcionários são homens e $\frac{3}{5}$ falam inglês. Sabendo que $\frac{1}{12}$ dos funcionários são mulheres que não falam inglês, pode-se concluir que os homens que falam inglês representam, em relação ao total de funcionários, uma fração equivalente a

- (A) $\frac{3}{10}$
- (B) $\frac{7}{20}$
- (C) $\frac{2}{5}$
- (D) $\frac{9}{20}$
- (E) $\frac{1}{2}$

17. Artur pretende investir R\$ 10.000,00 por um período de um ano. Por isso, está avaliando dois investimentos oferecidos pelo gerente de seu banco.

Investimento I: regime de juros simples, com taxa de 1% ao mês.

Investimento II: regime de juros compostos, com taxa de 6% ao semestre.

Ao comparar os dois investimentos, Artur concluiu que

- (A) I é mais vantajoso, pois terá rendido R\$ 36,00 a mais do que II após um ano.
- (B) I é mais vantajoso, pois terá rendido R\$ 18,00 a mais do que II após um ano.
- (C) eles são indiferentes, pois ambos terão rendido R\$ 1.200,00 após um ano.
- (D) II é mais vantajoso, pois terá rendido R\$ 18,00 a mais do que I após um ano.
- (E) II é mais vantajoso, pois terá rendido R\$ 36,00 a mais do que I após um ano.

18. A soma S é dada por:

$$S = \sqrt{2} + \sqrt{8} + 2\sqrt{2} + 2\sqrt{8} + 3\sqrt{2} + 3\sqrt{8} + 4\sqrt{2} + 4\sqrt{8} + 5\sqrt{2} + 5\sqrt{8}$$

Dessa forma, S é igual a

- (A) $\sqrt{90}$
- (B) $\sqrt{405}$
- (C) $\sqrt{900}$
- (D) $\sqrt{4050}$
- (E) $\sqrt{9000}$



19. Os números 1, 2, 3, 4, 6, 9, 12, 18 e 36 deverão ser distribuídos entre os nove quadrados menores de um quadriculado 3×3 , de modo que:
- cada um dos nove números seja escrito uma única vez;
 - cada quadrado menor contenha exatamente um número;
 - os produtos dos três números de uma mesma linha, de uma mesma coluna e de uma mesma diagonal do quadriculado sejam todos iguais a um mesmo valor P.

Considere a distribuição iniciada na figura abaixo.

		12
	6	
	4	

Se as regras descritas forem todas obedecidas, o quadrado escuro deverá ser preenchido pelo número

- (A) 1.
 - (B) 2.
 - (C) 3.
 - (D) 9.
 - (E) 18.
-
20. As seis faces de um dado são quadrados cujos lados medem L. A distância do centro de um desses quadrados até qualquer um de seus vértices (cantos do quadrado) é igual a D. Uma formiga, que se encontra no centro de uma das faces do dado, pretende se deslocar, andando sobre a superfície do dado, até o centro da face oposta. A menor distância que a formiga poderá percorrer nesse trajeto é igual a
- (A) $2L$.
 - (B) $2L + D$.
 - (C) $2L + 2D$.
 - (D) $L + 2D$.
 - (E) L .

Legislação Institucional

21. O direito fundamental à assistência jurídica integral e gratuita prestada pelo Estado, previsto no artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal brasileira, tem como destinatários
- (A) todos os cidadãos brasileiros, pois se trata de direito universal.
 - (B) as pessoas que comprovarem insuficiência de recursos.
 - (C) as pessoas físicas e jurídicas, independentemente dos recursos que disponham.
 - (D) as pessoas necessitadas, desde que possuam atestado de pobreza.
 - (E) as pessoas necessitadas, desde que beneficiárias de programas governamentais de transferência de renda.
-
22. A Constituição Federal brasileira, em seu artigo 134, e a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, em seu artigo 120, asseveram que a Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado. Nesse sentido, pode-se afirmar que
- (A) em todos os processos judiciais deve haver a intervenção da Defensoria Pública.
 - (B) a Defensoria Pública é órgão do Poder Judiciário.
 - (C) a assistência jurídica integral e gratuita prestada pela Defensoria Pública assegura, em igualdade de condições, o acesso à justiça pelos necessitados.
 - (D) compete à Defensoria Pública o exercício da função jurisdicional do Estado.
 - (E) a organização da Defensoria Pública do Estado está vinculada à organização do Poder Judiciário, devendo prever um número equivalente de Defensores e Juizes em cada comarca.



23. A Defensoria Pública do Estado possui, em razão de expressa previsão constitucional (art. 134, § 2º, da Constituição Federal brasileira), autonomia administrativa e funcional, que lhe assegura
- (A) a eficácia plena e a excecutoriedade imediata de suas decisões, ressalvada a competência constitucional do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas.
- (B) o exercício de suas funções institucionais livre de pressões, uma vez que não está sujeita a controles externos.
- (C) independência em relação ao Poder Executivo, não mais o integrando.
- (D) a competência legislativa de seu Conselho Superior.
- (E) a possibilidade de criação de cargos por ato administrativo do Defensor Público-Geral, após a análise pelo Conselho Superior.
-
24. A Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul tem como função a promoção da qualidade dos serviços prestados pela instituição, competindo-lhe
- (A) instaurar processo disciplinar contra membros e servidores da instituição, em razão de representações encaminhadas pela Corregedoria-Geral.
- (B) ingressar com ações judiciais visando à melhoria da qualidade do atendimento dos usuários.
- (C) promover atividades de intercâmbio com a sociedade civil.
- (D) votar em processos com matérias referentes ao atendimento dos usuários que tramitam no Conselho Superior da Defensoria Pública.
- (E) rever eventual decisão de Defensor Público que tenha ensejado recusa de atuação.
-
25. Quanto ao Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, é correto afirmar que
- (A) possui seis membros eleitos pelo voto direto, plurinomial, obrigatório e secreto dos membros da carreira de Defensor Público.
- (B) seus membros eleitos possuem mandato de dois anos, vedada a reeleição.
- (C) o Ouvidor-Geral é membro eleito e participa exclusivamente com direito à voz.
- (D) são elegíveis os membros ativos e inativos da carreira de Defensor Público.
- (E) sua composição é formada, majoritariamente, por membros natos.
-
- Atenção:** As questões de números 26 a 29 referem-se à Lei Complementar Federal nº 80/94.
26. É direito da pessoa assistida pela Defensoria Pública do Estado
- (A) a escolha do Defensor Público que irá realizar o seu atendimento e acompanhar eventual demanda.
- (B) a atuação de Defensores Públicos distintos, quando verificada a existência de interesse colidente com outro assistido.
- (C) não se submeter à avaliação de sua situação econômico-financeira, sem que isso importe em prejuízo ao seu atendimento.
- (D) a escolha do local e horário de seu atendimento.
- (E) a designação de outro Defensor Público, quando discordar da ação judicial proposta.
-
27. A substituição legal do Defensor Público-Geral do Estado, em suas faltas, licenças, férias e impedimentos, compete ao
- (A) Corregedor-Geral.
- (B) membro mais antigo do Conselho Superior.
- (C) Defensor-Geral Adjunto.
- (D) Subdefensor Público-Geral.
- (E) Defensor Público de classe especial mais antigo em exercício.
-
28. Ao estabelecer normas gerais para a organização da Defensoria Pública nos Estados, a referida Lei Complementar Federal prevê
- (A) a possibilidade de criação de Defensorias Públicas Municipais.
- (B) a nomeação do Corregedor-Geral da Defensoria Pública pelo Governador do Estado.
- (C) a subordinação hierárquica entre a Defensoria Pública Estadual e a Defensoria Pública da União.
- (D) a eleição direta do Defensor Público-Geral, sem a intervenção do Chefe do Poder Executivo Estadual.
- (E) que a organização da Defensoria Pública do Estado deve primar pela descentralização.
-
29. O plano de atuação da Defensoria Pública do Estado
- (A) deve ser aprovado pelo Conselho Superior da Defensoria Pública, após ampla divulgação.
- (B) deve ser apresentado por cada Defensor Público à Corregedoria-Geral, como requisito para confirmação no estágio probatório.
- (C) consiste em documento obrigatório a ser apresentado previamente pelos candidatos ao cargo de Defensor Público-Geral, contendo as propostas de campanha.
- (D) é elaborado pela Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública.
- (E) deve ser aprovado por lei complementar estadual.
-
30. O plano de carreira previsto pela Lei Complementar Estadual nº 13.821/11 possui distintas classes e padrões de vencimentos, que podem ser alcançados pelos servidores do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul através da
- (A) promoção, para a elevação de um padrão de vencimento para outro superior, e da progressão, para o alcance de classe mais elevada.
- (B) promoção, entre as diversas classes e padrões de vencimento existentes.
- (C) progressão, entre os cinco padrões de vencimento em cada uma das classes, e da promoção, entre as três classes existentes.
- (D) progressão, entre as diversas classes e padrões de vencimentos existentes.
- (E) progressão, entre os três padrões de vencimento em cada uma das classes, e da promoção, entre as cinco classes existentes.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

31. Ao tratar do controle de constitucionalidade de leis e atos normativos, a Constituição Federal brasileira dispõe que

- (A) cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.
- (B) os atos normativos estaduais podem ser objeto de ação declaratória de constitucionalidade.
- (C) apenas o plenário ou órgão especial dos Tribunais, e não os juízes singulares, podem declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo.
- (D) pelo voto da maioria simples de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- (E) cabe ao Senado Federal suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal em sede de ação direta de inconstitucionalidade.

32. Suponha que, ausente lei federal sobre a matéria, determinado Estado tenha editado lei complementar organizando a Defensoria Pública no respectivo Estado e criando cargos de Defensor Público. Anos após o provimento dos cargos de Defensor Público naquele Estado, foi editada lei complementar federal, organizando a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e prescrevendo normas gerais para a organização da Defensoria Pública nos Estados. Considerando essa situação e a disciplina constitucional sobre a repartição de competências entre os entes federativos, a lei

- (A) estadual é inconstitucional, uma vez editada sem prévia disciplina federal sobre normas gerais para organização da Defensoria Pública nos Estados, motivo pelo qual todos os defensores já empossados devem ser destituídos de seus cargos.
- (B) estadual é inconstitucional, uma vez editada sem prévia disciplina federal sobre normas gerais para organização da Defensoria Pública nos Estados, mas os defensores já empossados não poderão ser destituídos de seus cargos em razão do princípio da segurança jurídica.
- (C) estadual é constitucional, uma vez que editada quando inexistente lei federal sobre normas gerais, mas a superveniência da lei complementar federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.
- (D) federal é inconstitucional no que toca à prescrição de normas gerais para a organização da Defensoria Pública nos Estados, uma vez que compete privativamente a esses legislar sobre a matéria.
- (E) federal é constitucional, mas não se aplica ao Estado que já organizou a respectiva Defensoria Pública, tendo em vista o princípio constitucional que veda a retroatividade das leis.

33. De acordo com a Constituição Federal brasileira, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos serão equivalentes às

- (A) leis ordinárias, desde que aprovados, pelo Senado Federal, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- (B) leis complementares, desde que aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- (C) emendas constitucionais, desde que aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- (D) emendas constitucionais, se aprovados pelo Congresso Nacional, em sessão conjunta, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- (E) emendas constitucionais, se aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, por maioria absoluta dos votos dos respectivos membros.

34. Suponha que foi editada lei estadual criando cargos de oficial administrativo vinculados à determinada Secretaria de Estado, a serem preenchidos por brasileiros com ensino médio completo, aprovados em concurso público de provas escritas e títulos. A lei determinou, ainda, que a remuneração para o cargo seria aquela percebida pelos oficiais administrativos do Poder Legislativo do Estado, de modo que os oficiais administrativos da Secretaria de Estado seriam imediatamente beneficiados sempre que aprovada lei aumentando o valor dos vencimentos percebidos pelos servidores ocupantes de cargos equivalentes junto ao Poder Legislativo. Ao determinar a abertura do concurso público para provimento dos cargos, o Secretário de Estado competente editou, na ausência de previsão legal, portaria fixando a idade mínima de 25 anos para o preenchimento do cargo, bem como a realização de exame psicotécnico de caráter eliminatório. Considerando as disposições da Constituição Federal brasileira a respeito do assunto, analise as seguintes assertivas:

- I. O ato normativo infra legal que estabeleceu a idade mínima para preenchimento do cargo público é constitucional, uma vez que a restrição etária é justificável pela natureza das atribuições do cargo.
- II. A exigência de exame psicotécnico, é inconstitucional, pois não poderia ser instituído por ato do Secretário de Estado.
- III. A lei estadual é inconstitucional ao vincular a remuneração dos oficiais administrativos da Secretaria de Estado à remuneração percebida pelos oficiais administrativos do Poder Legislativo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) III.
- (D) II e III.
- (E) II.



35. Determinado credor da Fazenda Pública do Rio Grande do Sul pretende ceder seu precatório para terceiro. Considerando que seu crédito tem natureza alimentícia e que o credor tinha 70 anos de idade na data da expedição do precatório,
- (A) a cessão do precatório não poderá ocorrer licitamente, uma vez que o crédito tem natureza alimentícia.
- (B) a cessão do precatório somente produzirá efeitos após comunicação, por meio de petição protocolizada, ao tribunal de origem e à entidade devedora.
- (C) a cessão do precatório somente poderá realizar-se mediante a anuência da Fazenda Pública devedora.
- (D) o crédito não poderá ser cedido integralmente, tendo em vista sua natureza alimentícia.
- (E) ao cessionário aplicar-se-á o regime preferencial de pagamento de precatório previsto na Constituição Federal brasileira em favor dos titulares de créditos de natureza alimentícia, com 60 anos de idade ou mais na data de expedição do precatório.

Direito Administrativo

36. Determinada Municipalidade recebeu reiteradas denúncias de pais de alunos sobre irregularidades em alimentos vendidos na cantina de uma escola particular, em virtude de indisposições repetidas experimentadas por seus filhos. Instaurado procedimento, na primeira fiscalização foi constatada a existência de grande número de alimentos com data de validade expirada. Diante da situação, e considerando o histórico das denúncias que instruem o processo, os fiscais podem
- (A) apreender as mercadorias vencidas, prossequindo o processo administrativo com regular observância do contraditório e da ampla defesa, para somente ao fim se decidir pela imposição de multa e suspensão da licença de funcionamento do estabelecimento.
- (B) multar o estabelecimento e seus responsáveis, não lhes sendo possível a interdição do estabelecimento em virtude do mesmo funcionar nas dependências de uma escola privada.
- (C) autuar e multar os responsáveis pelo estabelecimento de ensino, não podendo, no entanto, interditar a cantina, em razão da necessidade de atendimento dos alunos da instituição.
- (D) cassar, liminarmente, a licença do estabelecimento e encerrar o processo administrativo, como forma de expressão do poder de polícia administrativa, prescindindo-se de observância do contraditório e da ampla defesa em face das provas encontradas.
- (E) interditar o estabelecimento, sem prejuízo de eventual apreensão de mercadorias, imposição de multa e regular prosseguimento do processo administrativo, nos termos da lei, como forma de expressão do poder de polícia administrativa.

37. O Poder Executivo exerce sua função executiva também por meio da Administração Indireta. Sobre as pessoas jurídicas que a integram, tem-se que
- (A) a fundação é o ente cujas características são mais próximas da administração direta, na medida em que possui a mesma forma de criação, estruturação administrativa, regime de servidores e de bens.
- (B) as empresas estatais revestem-se da natureza jurídica de direito privado quando não estiverem prestando serviço público, embora permaneçam submetidas ao regime especial de execução típico da administração direta.
- (C) as autarquias são delegatárias de serviços públicos, distanciando-se, quando em regime de competição com a iniciativa privada, do regime jurídico de direito público, que fica derogado enquanto perdurar aquela condição.
- (D) as empresas públicas admitem participação privada no seu capital, desde que essa autorização conste expressamente da lei que as criou.
- (E) as sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos, embora submetidas ao regime jurídico típico das empresas privadas, podem receber proteção do regime jurídico público, como no caso dos bens afetados à prestação do serviço público.

38. Considerando a mutabilidade dos contratos administrativos e os impactos que a utilização dessa prerrogativa podem causar na relação de equilíbrio econômico-financeiro do ajuste, analise as seguintes assertivas:
- I. álea empresarial decorre de intervenção da administração pública na área econômica, impactando financeiramente o retorno do contratado, razão pela qual o Poder Público deve recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- II. álea administrativa compreende as condutas da administração pública que podem tornar inexecutáveis as disposições contratuais, podendo ensejar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- III. álea econômica decorre de conduta ou descumprimento da administração, como parte contratual, que cause desequilíbrio no contrato, dando lugar à aplicação da teoria do fato do príncipe.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I, II e III.



<p>39. A propósito da responsabilidade civil do Estado por atos praticados pelo Legislativo, pode-se afirmar que</p> <p>(A) existe previsão legal expressa para responsabilização do Estado pelos atos do Legislativo, dada sua soberania.</p> <p>(B) a edição das chamadas leis de efeitos concretos pode ensejar a responsabilização do Estado, tendo em vista que o conteúdo do ato tem, em verdade, natureza jurídica de ato administrativo.</p> <p>(C) o Estado responde objetivamente pelos atos praticados na função típica legislativa, qualquer que seja a natureza do ato editado.</p> <p>(D) a responsabilização do Estado pela prática de atos legislativos só tem lugar se for constatada inconstitucionalidade superveniente.</p> <p>(E) a responsabilidade do Estado só tem lugar diante de omissão legislativa, desde que comprovados danos concretos ao particular.</p>	<p>42. O poder familiar</p> <p>(A) compete ao pai, e, na falta dele, à mãe.</p> <p>(B) não abrange o direito de reclamar o filho de quem ilegalmente o detenha.</p> <p>(C) é extinto pela adoção.</p> <p>(D) não pode sofrer interferência judicial.</p> <p>(E) autoriza o pai a castigar o filho, inclusive causando lesões.</p>
<p>40. A Administração pública construiu uma unidade prisional em terreno que julgava ser de sua propriedade. Apurou-se, meses depois da inauguração da unidade, que o terreno era particular, por ocasião de decisão em pedido de licenciamento ambiental para implantação de empreendimento habitacional pelo então real proprietário. O proprietário do terreno onde foi edificada a unidade prisional</p> <p>(A) pode ajuizar medida judicial para exigir a restituição do terreno, precedida da demolição da obra pública.</p> <p>(B) torna-se proprietário das construções lá edificadas, devendo equacionar com o poder público a utilização do terreno para evitar a interrupção do serviço.</p> <p>(C) pode ajuizar ação de indenização em razão da limitação administrativa imposta pelo poder público à propriedade particular.</p> <p>(D) pode ajuizar ação de improbidade administrativa em face do atual administrador, em razão da administração pública ter edificado em terreno alheio.</p> <p>(E) pode ajuizar ação de indenização em razão da desapropriação indireta promovida pelo poder público quando edificou no terreno particular equipamento público com intuito de ocupação definitiva.</p>	<p>43. É anulável o casamento</p> <p>(A) do incapaz, mesmo que seu responsável tenha assistido ao ato.</p> <p>(B) em virtude de coação, quando o consentimento de um ou de ambos os cônjuges houver sido captado mediante fundado temor de mal considerável e iminente para a vida, a saúde e a honra, sua ou de seus familiares.</p> <p>(C) contraído pelo enfermo mental sem o necessário discernimento para os atos da vida civil.</p> <p>(D) quando um dos cônjuges quebrar o dever de fidelidade.</p> <p>(E) entre os irmãos, unilaterais ou bilaterais, e demais colaterais, até o terceiro grau inclusive.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Civil</p> <p>41. Com relação à responsabilidade civil, é correto afirmar que</p> <p>(A) o empregador responde, independentemente de culpa, pelos atos de seus empregados, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele.</p> <p>(B) aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, mesmo que o causador do dano seja descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz.</p> <p>(C) é possível questionar, em ação por responsabilidade civil, a existência de fato decidido em definitivo no juízo criminal.</p> <p>(D) a indenização deve corresponder sempre à extensão do dano, independentemente da proporção com o grau da culpa.</p> <p>(E) o dono do animal somente responde pelos danos que este causar se a vítima comprovar ter ele agido com culpa.</p>	<p>44. O dever alimentar</p> <p>(A) extingue-se com a maioria, mesmo que o alimentado seja incapaz.</p> <p>(B) é recíproco entre pais e filhos, mas não extensível aos avós.</p> <p>(C) obriga os devedores a concorrerem em partes iguais quando são várias as pessoas obrigadas a prestar alimentos.</p> <p>(D) não pode ser exercido contra o genitor casado, pelo filho havido fora do casamento.</p> <p>(E) cessa com a união estável ou concubinato do credor.</p> <p>45. O inventariante</p> <p>(A) administra a herança mesmo depois da homologação da partilha.</p> <p>(B) representa o espólio em juízo e fora dele.</p> <p>(C) é, em regra, o cônjuge sobrevivente, mesmo que não conviva com o outro ao tempo da morte.</p> <p>(D) não está sujeito à pena de sonegados.</p> <p>(E) tem como remuneração os frutos da coisa que administra.</p>



Direito Processual Civil

46. Com relação à prova no Código de Processo Civil brasileiro, é correto afirmar que
- (A) a parte, que alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário, provar-lhe-á o teor e a vigência, se assim o determinar o juiz.
 - (B) a carta precatória sempre suspende a marcha processual.
 - (C) a prova documental deve ser produzida, em regra, por ocasião das alegações finais.
 - (D) durante depoimento pessoal, não é admitida consulta a notas escritas, mesmo que breves e com objetivo de complementar ou esclarecer.
 - (E) a parte é obrigada a depor sobre todo e qualquer fato que lhe for indagado.

47. A execução

- (A) de prestação alimentícia: autoriza a prisão civil do devedor, pelo prazo de 3 a 6 meses.
- (B) contra a Fazenda Pública: implica penhora de tantos bens quantos bastem para a satisfação do credor.
- (C) dos alimentos provisionais: pode se dar nos moldes do artigo 733 do Código de Processo Civil, mesmo que ainda não haja sentença.
- (D) pode ser ajuizada independentemente de título executivo, se o credor for parte hipossuficiente.
- (E) autoriza a prisão do devedor que dissipar os bens penhorados.

48. Quanto à ação monitória,

- (A) admite-se prova exclusivamente testemunhal.
- (B) os embargos não suspenderão a eficácia do mandado inicial.
- (C) cumprindo espontaneamente o mandado, o réu fica isento de metade dos honorários advocatícios.
- (D) os embargos são processados nos próprios autos, pelo procedimento ordinário, independentemente da prestação de caução.
- (E) rejeitados os embargos, deve a parte ajuizar ação constitutiva de título executivo judicial.

49. Na ação de despejo,

- (A) admite-se a purga da mora mesmo que o devedor já tenha utilizado de tal faculdade nos 24 meses imediatamente anteriores à propositura da ação.
- (B) admite-se liminar sem oitiva da parte contrária, para desocupação, no prazo de 15 dias, se o contrato estiver desprovido de garantia e se o autor houver prestado caução.
- (C) deferida liminar de desocupação, não é cabível a purga da mora.
- (D) a parte autora não poderá imitar-se na posse do bem, mesmo que o imóvel seja desocupado depois do ajuizamento da ação.
- (E) não se admite, em nenhuma hipótese, a purga da mora.

50. A gratuidade processual

- (A) pode ser deferida mediante apresentação de declaração escrita da parte, a qual implica presunção relativa de incapacidade financeira para custeio dos atos processuais.
- (B) deve ser deferida, sempre, mediante mera declaração da parte.
- (C) não abrange os honorários sucumbenciais.
- (D) restringe-se às causas de natureza criminal.
- (E) abrange apenas o primeiro grau de jurisdição.

Direito Penal

51. O princípio segundo o qual, “desde logo, as incriminações não podem pretender a proteção de meros valores éticos e morais, nem a sanção de condutas socialmente inócuas” recebe na doutrina a denominação de Princípio da

- (A) taxatividade.
- (B) igualdade.
- (C) legalidade.
- (D) anterioridade da lei penal.
- (E) exclusiva proteção de bens jurídicos.

52. O arrependimento posterior, nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa e onde existe a reparação do dano ou a restituição da coisa, segundo o art. 16 do Código Penal, deve ser considerado quanto à sua natureza jurídica como

- (A) causa de exclusão da culpabilidade.
- (B) circunstância atenuante.
- (C) causa de exclusão da ilicitude.
- (D) causa geral de diminuição de pena.
- (E) forma privilegiada de cometimento de crime.

53. Tício, não reincidente, munido de um revólver que trazia junto ao bolso da jaqueta e que nessa condição fora exibido, durante a mesma noite ingressou em uma farmácia e, quando iniciava a subtração do numerário existente na caixa registradora, assustado com a aproximação de clientes, deixou o local às pressas sem levar qualquer importância. Logo em seguida, repetiu o gesto e quando estava com dinheiro do caixa, ainda dentro da segunda farmácia, foi surpreendido por policiais que o prenderam em flagrante. Considerando que o juiz aplicou a Tício a pena base equivalente ao mínimo legal cominado; aplicou a(s) causa(s) de aumento de pena também no mínimo e a(s) de diminuição de pena no máximo, é correto afirmar quanto à pena imposta que o réu teria direito

- (A) à substituição por pena restritiva de direitos.
- (B) a cumpra-la, no mínimo, em regime semiaberto em sua fase inicial.
- (C) a cumpra-la, obrigatoriamente, em regime inicial fechado.
- (D) à suspensão condicional da pena.
- (E) ao cumprimento inicialmente em regime aberto.



<p>54. Sobre a exigência de nota promissória como garantia para a realização de procedimento de emergência em hospital em virtude de grave acidente, é correto afirmar que</p> <p>(A) caracteriza crime de omissão de socorro.</p> <p>(B) caracteriza crime de condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial.</p> <p>(C) caracteriza crime de extorsão.</p> <p>(D) caracteriza crime de prevaricação.</p> <p>(E) não caracteriza crime.</p>	<p>58. De acordo com o Código de Processo Penal brasileiro, a prisão preventiva</p> <p>(A) será admitida, nos termos do artigo 312 do Código de Processo Penal, se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.</p> <p>(B) poderá ser decretada de ofício em qualquer fase da investigação policial.</p> <p>(C) não poderá ser decretada em caso de descumprimento das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares, salvo se o acusado tiver sido condenado por outro crime doloso, com sentença transitada em julgado.</p> <p>(D) poderá ser decretada como garantia da ordem pública e da ordem econômica, bastando para isso que haja prova robusta da autoria delitiva.</p> <p>(E) poderá ser revogada se, no correr do processo, o juiz verificar a falta de motivo para que subsista, não podendo de novo decretá-la no mesmo processo.</p>
<p>55. O agente que for acusado da prática de crime de extorsão mediante sequestro em sua forma qualificada estará impedido de obter, durante o processo ou após a condenação transitada em julgado,</p> <p>(A) cumprimento de pena sob regime progressivo.</p> <p>(B) fiança e liberdade provisória.</p> <p>(C) apenas liberdade provisória.</p> <p>(D) anistia, graça e indulto.</p> <p>(E) livramento condicional.</p>	
<p style="text-align: center;">Direito Processual Penal</p> <p>56. Em relação ao inquérito policial, é correto afirmar que</p> <p>(A) nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.</p> <p>(B) o requerimento do ofendido para início do inquérito policial sempre deverá conter a narração do fato, com todas as circunstâncias.</p> <p>(C) qualquer pessoa que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública deverá, verbalmente ou por escrito, comunicá-lo à autoridade policial.</p> <p>(D) logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial poderá apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais.</p> <p>(E) o ofendido, mas não o indiciado, poderá requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade.</p>	<p>59. A revisão criminal</p> <p>(A) poderá ser requerida a qualquer tempo, desde que antes da extinção da pena.</p> <p>(B) julgada procedente permite que o Tribunal absolva o réu, modifique a pena ou anule o processo, mas não que altere a classificação da infração.</p> <p>(C) será admitida quando a sentença condenatória for contrária à evidência dos autos.</p> <p>(D) tem efeito suspensivo.</p> <p>(E) depende, para o estabelecimento do rito do seu processamento, da infração cometida e de seu procedimento.</p>
<p>57. No tocante à ação penal, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) a representação será irretroatável, depois de oferecida a denúncia.</p> <p>(B) no caso de morte do ofendido, o direito de representação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.</p> <p>(C) será admitida ação privada nos crimes de ação pública, caso o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar denúncia, requerer o arquivamento do inquérito policial.</p> <p>(D) o ofendido, ou seu representante legal, em regra decairá do direito de queixa ou de representação se não o exercer dentro do prazo de seis meses, contado do dia em que vier a saber quem é o autor do crime.</p> <p>(E) o Ministério Público não poderá desistir da ação penal.</p>	<p>60. De acordo com a Lei nº 9.099/95, é correto afirmar que</p> <p>(A) nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a 2 (dois) anos, o Ministério Público, ao oferecer denúncia, poderá propor a suspensão do processo.</p> <p>(B) a composição dos danos civis homologada pelo juiz mediante sentença irrecorrível terá eficácia de título a ser executado no próprio juizado especial criminal competente.</p> <p>(C) o acordo homologado, tratando-se de ação penal condicionada à representação, não impede o prosseguimento da ação, tendo tal efeito unicamente na ação penal de iniciativa privada.</p> <p>(D) o não oferecimento da representação na audiência preliminar não implica decadência do direito, que poderá ser exercido no prazo previsto em lei.</p> <p>(E) nas hipóteses de ser a pena de multa a única aplicável, o juiz não poderá reduzi-la.</p>

**PROVA DE REDAÇÃO**

Neste momento, nós, mulheres e homens, enfrentamos muitas novidades, num mundo fascinante, vertiginoso, belo e às vezes cruel. Com tecnologias efêmeras e atordoantes, estamos condenados à brevidade, à transitoriedade, depois de séculos em que os usos e costumes duravam muitos anos, e qualquer pequena mudança causava um alvoroço. A convivência de homens e mulheres também mudou. Em muitas empresas as mulheres trabalham ombro a ombro com colegas homens e, eventualmente, assumem cargos de comando. Como agimos, como nos portamos, como nos reinventamos, nós, homens e mulheres?

(Adaptado de Lya Luft. **Veja**, 19 de dezembro de 2012)

Considerando o que está escrito acima, redija um texto dissertativo-argumentativo a respeito do seguinte tema:

A conciliação dos sentimentos humanos na vida moderna

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30